



CORPONORMATIVIDADE E CAPACITISMO NO ENSINO SUPERIOR: VOZES DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros¹

Danyelle Gonzaga Monte da Costa²

Maria Luíza Vieira Pereira de Medeiros³

RESUMO

As pessoas com deficiência vivenciaram um processo histórico excludente, e, por esse motivo, convivem atualmente com inúmeras formas de preconceitos, oriundas de estigmas que resistiram ao passar do tempo. Atualmente percebe-se alguns avanços no âmbito social, e por conseguinte educacional, ao decorrer dos anos as pessoas com deficiência vêm conquistando a cada dia mais espaços na sociedade, como por exemplo, o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES). Esse estudo teve objetivo de explicitar as múltiplas formas as quais a corponormatividade e o capacitismo se apresentam no cotidiano das pessoas com deficiência, para alcançar esse intento realizou-se uma análise fílmica de um documentário intitulado: De olhos fechados, esse produzido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Primeiramente o estudo apresentou apontamentos históricos, conceituando os termos capacitismo e corponormatividade e explicitando o que são as barreiras atitudinais, seguindo da análise de conteúdo e conclusão da pesquisa. Na análise dos dados extraiu-se algumas das falas mulheres cegas da UFPB sobre suas vivências na academia, emergiram vários discussos capacitistas/corponormativas que corroboraram com a literatura contemporânea sobre a temática. Portanto conclui-se para haver uma educação de qualidade às pessoas com deficiência, faz-se de suma importância para além das leis, uma mudança da mentalidade social, galgando desta forma para que todas as barreiras sejam removidas. Fica a reflexão acerca das atitudes capacitistas que dificultam a vida acadêmica da mulher com deficiência, a fim de evidenciá-las, com o propósito de tornar as IES, como também a sociedade, um lugar mais inclusivo.

Palavras-chave: Artigo Científico; Metodologia; Normas; Seminário (Des)Fazendo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva evidenciar atitudes capacitistas/corponormativas, vivenciadas por mulheres cegas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como também fomentar novos estudos a respeito dos respectivos conceitos, por entender que estes, são pouco utilizados pelas pessoas nos diversos âmbitos da sociedade.

Considerando que, em muitos casos as falas, assim como as trajetórias das pessoas, em particular das mulheres com deficiência são negligenciadas, utilizamos como metodologia para o presente estudo a História de Vida, por entendermos que, conforme apontado por (FARIAS, 2017) esta metodologia é de fundamental importância, no sentido de dar voz às pessoas com deficiência para que haja uma maior compreensão dos fatores biopsicossociais que historicamente lhes foram negados e se verificam atualmente como obstáculos para uma vida humana digna. Para tanto, com a finalidade de obter informações necessárias para a efetivação da pesquisa, utilizamos como recurso



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



metodológico a análise fílmica de um documentário intitulado: De Olhos Fechados, produzido por ¹um grupo de estudantes da própria U¹FPB.

Os estudos sobre a deficiência foram historicamente enviesados sob a ótica do modelo médico, o qual para (DINIZ, 2007), compreende a deficiência como uma variação do “normal” da espécie humana, ou seja, experimentar um corpo fora do padrão. Por este e outros motivos, a trajetória histórica das pessoas com deficiência, em todas as épocas, perpassou por grandes adversidades advindas inicialmente da religião, posteriormente de aspectos sócio-econômicos, o que resultou na vida dessas pessoas em uma série de limites impostos pela sociedade, desencadeando numa carga de preconceito e de negação do direito a ter direitos, que, no contexto deste trabalho, denominamos de cultura capacitista.

No entanto, a partir dos meados da década de 1970, os estudos sobre a deficiência tornam-se alvo de outras ciências como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a educação. O modelo social da deficiência, se contrapondo ao modelo médico, ainda que tardiamente, nos trás a compreensão de que a deficiência é uma questão social. Assim sendo, o corpo com lesão deixa de ser compreendido como um problema, o qual é deslocado para a falta de acessibilidade nos mais diversos espaços sociais.

Em contraposição a lógica capacitista, observa-se que as pessoas com deficiência ocupam espaços jamais imaginados, seja no ambiente familiar, seja na escola, ou nas Instituições de Ensino Superior (IES), sobre as quais dedicamos particular atenção neste texto. Todavia, apesar da emergência de legislações e políticas públicas acerca da inclusão destas pessoas, verifica-se que há inúmeras barreiras como as atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, presentes em toda a sociedade, que lhes negam o direito a uma vida plena e autônoma, como propõe (ANTUNES et al., 2013).

Em decorrência de um processo histórico cujo foco está na incapacidade da pessoa com deficiência, grande parte da sociedade torna-se capacitista, termo utilizado para designar/denunciar atitudes de discriminação e preconceito para com as pessoas com deficiência. (FARIAS, 2017). A corponormatividade, compreende que na sociedade há um ideal de corpo perfeito/padrão, o qual as pessoas em condição de deficiência não se encaixam, e por esse motivo, são consideradas como incapazes de realizar algumas atividades cotidianas, consideradas desse modo como menos capacitadas. (MELLO, 2014).

APONTAMENTOS HISTÓRICOS: Exclusão, Segregação e integração

A trajetória das pessoas com deficiência perpassou por mudanças significativas, por esse motivo, será exposto como esses paradigmas se constituíram ao longo do tempo.

Para uma melhor compreensão dividiu-se a seção em 4 subtópicos: Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão, como proposto nos estudos de (SASSAKI, 2006).

¹ 1 Doutoranda do Programa de pós graduação em Psicologia social na Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil, email:livialaenny.ufpb@hotmail.com

2 Professora do Curso de Psicologia na Universidade Federal da Paraíba, Brasil, email:danymontec@yahoo.com.br

3 Graduanda do Curso de odontologia do Centro educacional de João Pessoa, Paraíba, Brasil, email:livialaenny.ufpb@hotmail.com



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



A exclusão retrata que até o final do século XX, apenas um espaço mínimo era ocupado pelas pessoas com deficiência nas sociedades ocidentais, tanto em relação aos sistemas de regulação jurídicos quanto na participação social e educacional. Com isso, a pessoa com deficiência foi durante muito tempo mantida à distância sem direito ao protagonismo social.

Os grupos minoritários, os quais faziam parte as pessoas com deficiência, eram apartados, pois os comportamentos eram desvalidos como se desenvolvessem um manto de invisibilidade sobre si. Conforme (CASTELLS, 1998, p.73), esse contexto não era favorável para esse grupo, pois “O processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de aceder a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autônoma dentro das normas sociais enquadrados por instituições e valores, num determinado contexto”.

Deste modo, as pessoas com deficiência, não foram sempre vistas como seres humanos dignos de direitos essenciais a uma vida equânime, com isso foram excluídas, e, por vezes, exterminadas.

Após muitos anos de exclusão socioeducacional das pessoas com deficiência, começou a se pensar em um ambiente voltado apenas para estes, sendo assim, “As pessoas com deficiência juntamente com os loucos, doentes, mutilados de guerra, entre outros indivíduos tidos como incapazes, foram encaminhados a locais de internação sob a tutela do Estado, pois não se adaptavam às exigências de uma sociedade produtiva.” (MARTINS, 2015, p. 25). Ou seja, havia instituições voltadas às pessoas que não se enquadravam nos moldes de uma sociedade capitalista, cabendo a elas o dever de adaptar-se, tratar-se, reabilitar-se para se adequarem à sociedade.

Sendo assim, nesta fase que se configura como a da segregação das pessoas com deficiência, considerando a lesão e não o ser humano e suas aptidões, sustenta-se a existência de uma relação de causalidade e dependência entre os impedimentos corporais e sensoriais, coadunando com a perspectiva do modelo médico e do assistencialismo então vigente na época.

Com relação a integração que transcorreu após mudanças do século XX, com as normativas legais que garantia os direitos de todos, estabelecida pela Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). Após a dissonância entre homens que ocasionaram muitas perdas humanas, a ratificação da declaração trouxe que todos somos seres de dignidade e de direito findando as nomenclaturas relativistas e garantindo que todas as pessoas são iguais perante a lei.

A luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas, bem como, reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta, compartilhando agora em comum valores universais.

Após a DUDH, foram exaradas duas declarações com o objetivo de garantir os direitos, no que tange também a educação das pessoas com deficiência. A primeira, elaborada na Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, fornece definições e novas abordagens sobre a aprendizagem, estabelecendo compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa.

O segundo documento foi promovido pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais,



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



para a promoção da Educação Inclusiva em todo o mundo, intitulada a “Declaração de Salamanca” em 1994 a que propiciou a fundamentação de políticas públicas e ações para assegurar o direito à educação das pessoas com deficiência que enfocou basicamente a melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas (MEC, 2007).

Este documento foi originado, para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais, a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. Sendo ratificado por 88 governos e 25 organizações internacionais, que reconhecendo o direito à educação indistintamente, independentes das diferenças individuais. A declaração surgiu para modificar o modelo de educação, de modo que a sociedade assuma concretamente o seu papel, criando as condições necessárias para a equalização de oportunidades.

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (NAÇÕES UNIDAS, 1994, p.01).

Porém, o que ocorreu de fato foi uma dualidade de ensino, ou seja, havia a existência de um currículo educacional voltado aos estudantes sem deficiência, e um outro que atendia apenas às necessidades específicas de aprendizagem das pessoas com deficiência.

Atualmente vivenciamos o paradigma da inclusão das pessoas com deficiência em decorrência de um pensamento baseado nos pressupostos do modelo social, que apesar tantos resquícios de um passado recente da hegemonia, faz parte do nosso ordenamento.

O modelo social não despreza a importância dos cuidados biomédicos no que diz respeito à deficiência. Porém, enquanto o modelo médico da deficiência considera a causa da deficiência atribuída a lesão, o modelo social aponta para a deficiência enquanto instituição social, fruto de um ordenamento político, social e econômico maior, como explicita (DINIZ, 2007, p. 11):

Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência.

A autora ainda evidencia que o modelo social enuncia que o fenômeno da deficiência não deve ser explicado pela esfera individual, mas pelo contexto socioeconômico no qual as pessoas em condição de deficiência vivem.

Para (SASSAKI, 1997, p.3), com base nos fundamentos do modelo social da deficiência,

Conceitua-se a Inclusão Social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um



processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Portanto, observa-se que a inclusão social das pessoas com deficiência deve ser entendida como um processo, pois reconhecemos a limitação que a sociedade possui em atender plenamente esses sujeitos, pois ressaltamos que vivenciamos um binômio integração-inclusão.

Apesar de inúmeras conquistas em prol de uma educação inclusiva, em virtude de inúmeros avanços legislativos, que são inegáveis, busca-se neste momento por meio de políticas públicas alcançar uma justiça social. Porém, compreendemos que as primeiras políticas de educação inclusiva são recentes e vêm em uma crescente, sendo a década de 90 um marco de mudança paradigmática na política educacional brasileira.

Em virtude das mudanças jurídicas e sociais, a criação de leis e diretrizes educacionais inclusivas não se inscrevem mais no campo assistencialista e sim de direitos, o que corrobora no avanço de uma educação mais equitativa em diversas fases do ensino, como a exemplo das Instituições de Ensino Superior (IES), como veremos a seguir.

INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Como vimos na seção anterior, as pessoas com deficiência vivenciaram um processo histórico excludente, e, por esse motivo, convivem atualmente com inúmeras formas de preconceitos, oriundas de estigmas que resistiram ao passar do tempo.

A partir dos avanços no âmbito social, e por conseguinte educacional, ao decorrer dos anos esses sujeitos vêm conquistando a cada dia mais espaços na sociedade, como por exemplo, o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES).

No entanto, todos os avanços em prol de uma vida digna, só foi possível após inúmeros movimentos políticos das próprias pessoas com deficiência de 1988 (MAIOR, 1990). Dentre as conquistas em busca da asseguarção de direitos essenciais para uma vida equânime, está o da educação.

No que se refere a educação das pessoas com deficiência especificamente no âmbito do ensino superior, está assegurado na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 em seu Art. 27, quando promulga:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Portanto, é dever das IES viabilizar um processo educacional às pessoas com deficiência que potencializam suas capacidades. Foi com este propósito, nos referindo neste momento especificamente à política institucional da UFPB, com o intuito de torná-la uma universidade mais inclusiva, criou-se o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), tomando como base as diretrizes do programa incluir do MEC/SECADI, o qual ratifica:



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes. (BRASIL, 2013, p.11)

No entanto, apesar da educação numa IES está assegurada por lei, como também a existência de políticas institucionais que corroboram na potencialização das capacidades das pessoas com deficiência, as inúmeras atitudes de preconceito experienciadas por esses sujeitos se constituem como obstáculos, que dificultam, e, por vezes, impossibilitam um processo educacional de qualidade, como veremos na seção seguinte.

BARREIRAS ATITUDINAIS

Em consonância com o referencial teórico exposto até o presente momento, podemos constatar que para haver uma educação de qualidade às pessoas com deficiência, faz-se de suma importância para além das leis, uma mudança da mentalidade social, galgando desta forma para que todas as barreiras sejam removidas.

Ao compreendermos que as inúmeras barreiras que diariamente são experienciadas por pessoas com deficiência resultam em obstáculos, e, por vezes não conseguem realizar atividades comuns a sociedade como um todo, reverteremos o cenário, sendo assim, o problema não estará mais no corpo com lesão, mas na sociedade ao não estar preparada para as especificidades desses sujeitos, como disposto na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

Quanto mais a pessoa com deficiência estiver num ambiente que lhe restrinja a mobilidade, a comunicação, o acesso à informação e aos bens sociais para uma vida plena e autônoma, mais vai encontrar-se numa situação de desvantagem. Se revertermos o cenário, representando-o como mais favorável às realizações da pessoa com deficiência, a desvantagem que experimenta modifica-se, relativizando, portanto, a condição de incapacidade com a qual a desvantagem é confundida. (BRASIL, 2008, p.29)

As múltiplas formas de preconceito vivenciadas por pessoas com deficiência, são baseadas em crenças generalizadas/infundadas, as quais resultam em obstáculos, que dificultam uma boa condição de vida.

No cotidiano das pessoas com deficiência, estes paradigmas se convertem em uma série de barreiras atitudinais que se caracterizam como múltiplos comportamentos e atitudes que impedem a plena participação social destas pessoas, em igualdade de condições e oportunidades como as demais (BRASIL 2015).

Estes obstáculos, os quais no campo de estudos sobre a deficiência nomeamos de barreiras atitudinais “[...] estão materializadas por meio da discriminação, preconceito e estigmatização, ensejando um olhar depreciativo para a convivência equânime da diversidade humana” (DIAS, 2014, p.31).

Por entendermos que a raiz de todas as barreiras existentes está fundamentada em um pensamento o qual entende a pessoa com deficiência como o problema a ser corrigido, ou seja, devido ao fato de estarmos em uma sociedade culturalmente focada na



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



incapacidade da pessoa com deficiência, inúmeras barreiras lhe são impostas cotidianamente, pois “As barreiras atitudinais podem estar baseadas em preconceitos explícitos ou a eles dar origem. [...] eles aparecem em nossa linguagem, tanto quanto em nossas ações ou omissões” (SOUZA, 2008, p.29).

Ratificando a autora, constatamos que pensar em uma sociedade e numa universidade mais inclusiva, na verdade, advém de um comprometimento pessoal, o qual se faz necessário mais do que tão somente atitudes inclusivas, é imprescindível ir contra a qualquer comportamento capacitista, conceito que elucidaremos a seguir.

CORPONORMATIVIDADE E CAPACITISMO: Explicando conceitos

Com o intuito de explorar, e, para além disso, denunciar uma estrutura social enraizada de discriminações para com as pessoas que fogem do padrão de corpo hegemônico estabelecido por uma sociedade liberalista, ou seja, em virtude de uma sociedade focada na incapacidade da pessoa com deficiência, que o termo corponormatividade foi idealizado. Tendo como finalidade “[...] desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes” (MELLO, 2016, p.326)

Segundo (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636), podemos compreender a corponormatividade

[...] como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Nesse sentido, a deficiência consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social.

Com base no pensamento corponormativo, por vezes, a conjuntura social desconsidera as funcionalidades corporais das pessoas com deficiência resumindo-a na lesão, além disso, tem o fato de que “às pessoas com deficiência têm desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são, pessoas humanas, e o que se pensa que elas são: deficientes” (SOUZA, 2008, p.23), ou seja, há uma anulação da pessoa humana e seus aspectos identitários em detrimento da deficiência.

Esta compreensão equivocada, e a falta de conhecimento das reais potencialidades das pessoas com deficiência, resulta em um olhar de surpresa ao vê-las realizarem algumas atividades do cotidiano, como a exemplo de: namorar, estudar, conversar, dentre outras.

Surpreender-se com o comportamento/conquista de uma pessoa pelo fato de ter um corpo em condição de deficiência, se configura como capacitismo, pois, aponta que imaginou-se que a mesma não seria capaz de realizar a atividade almejada.

Sendo assim, podemos caracterizar como capacitismo, toda e qualquer atitude de preconceito para com uma pessoa com deficiência. Porém, mais do que tão somente compreender esta estrutura de repressão, faz-se necessário romper com os entraves impostos por pensamentos como estes.



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



Compreender a opressão capacitista implica, portanto, assumir um compromisso político perante as pessoas com deficiência, de modo a permitir que a sociedade reconheça que, mais que um corpo fisicamente impedido, é na mentalidade e no imaginário social, disseminados por meio de uma série de artefatos culturais discriminatórios, que se encontra a raiz destas manifestações tão perversas de exclusão. (FARIAS, 2017, p.19)

Tendo em vista o escasso quantitativo de pesquisas que denunciam atitudes capacitistas/corponormativas, principalmente no que tange às IES, que este estudo foi idealizado. Por esse motivo, a seção seguinte, trará evidenciações de atitudes capacitistas relatadas por discentes e uma docente com deficiência visual da UFPB.

COMO O CAPACITISMO E A CORPONORMATIVIDADE SE CONSTITUI NO ENSINO SUPERIOR?

Sabe-se que as IES são por vezes excludentes, neste sentido, muitos estudantes com deficiência desistem de ingressar nessas instituições. Para tanto, enfatiza-se a necessidade das pessoas com deficiência serem empoderadas, persistam, resistam, com o intuito de corroborar na remoção dos obstáculos que lhe são impostos.

Para (DANTAS et al, 2014, p. 559) “pessoas com deficiência empoderadas estão menos vulneráveis a formas de abuso e limitações.” Por isso, o consideramos de suma importância para que possam assegurar-se enquanto sujeitos de direitos, e, com isso, lutem em prol de sua efetivação e eficácia. De acordo com os estudos de (SHIAVO E MOREIRA, 2005), o empoderamento:

Implica essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura de meramente reativa.

A seguir será apresentado alguns recortes das falas das mulheres cegas da UFPB, extraídas do documentário, com o intuito de explicitar inúmeros fatores que se constituem como obstáculos que dificultam, e, por vezes, impedem a participação plena dessas estudantes nas atividades desenvolvidas no cotidiano acadêmico.

No entanto, para que de fato sejam empoderadas, (DANTAS, 2014) aponta que elas precisam se reconhecerem enquanto pessoas com deficiência, conhecer a história de luta do seu grupo, sua história de vida, seus direitos, e, para além disso, adquirir competências de expressão, reivindicação, participação engajada, comunicação e liderança da sua própria vida.

“É o trabalho de formiguinha, você tem que começar tudo de novo, se autoafirmar, se empoderar. (participante 1)

Tendo em vista que vivemos em uma sociedade corponormativa, às pessoas com deficiência experienciam todos os dias inúmeras formas de preconceito, acarretando em uma necessidade incansável de se auto afirmarem e mostrarem que são capazes, pois, na maioria das vezes, são invisibilizadas em virtude do descrédito de suas reais potências.



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



“A única maneira que achei que poderia provocar a comunidade científica em alguma coisa, era trabalhando com uma orientadora deficiente visual e que a gente trouxesse um tema polêmico e que mostrasse a comunidade que nós estamos aqui”.
(participante 1)

Só pelo fato do estudante com deficiência ter ingressado na Universidade, já se configura como um indicador de que ela é empoderada, pois o mesmo é necessário para um rompimento das inúmeras barreiras vivenciadas por elas frequentemente. (SANTOS *et al*, 2019)

“Eu acredito que o fato do estudante cego, ou com qualquer outro tipo de deficiência ter chegado a Universidade significa que ele tem potencial, significa que ele não é um incapacitado como muitas vezes a família ou a própria sociedade julga que eles sejam”. (participante 2)

A corponormatividade reverbera em inúmeras formas de inferiorização das pessoas com deficiência (MELLO, 2014), por isso, compreender e refletir sobre os diversos estigmas que a sociedade historicamente concebeu as pessoas com deficiência, é imprescindível para que consigamos minimizar as atitudes de preconceito para com esses indivíduos.

[...] ao invés de falarem comigo, fala com meu apoiador: Avisa a ela (eu do lado, tá!?) que a tarefa é essa, essa e essa. E eu responder: professora, estou te ouvindo, fale comigo.(participante 1)

Um olhar capacitista minimiza as potencialidades das pessoas com deficiência resumindo-as a uma lesão corporal. A partir desse prisma, julga-se essa pessoa menos capaz de realizar algumas atividades em detrimento de sua deficiência, a exemplo das participações em diferentes projetos proporcionados pela Universidade.

“A cegueira não me impediu de ministrar uma aula, de fazer um trabalho, de fazer um plano de aula”. (participante 1)

Consideramos que esse pensamento, focado na incapacidade da pessoa com deficiência é arcaico, pois com o avanço dos estudos no que tange às ciências sociais, (sociologia, psicologia, pedagogia, entre outras) foram aos poucos rompendo com esse modo de pensar, traçando uma compreensão da deficiência com uma realocação das forças, como apontado por (VYGOTSKY, 1989). Em concordância com o autor (SOUZA, 2018, p.569) reitera:

Pensar a cegueira como uma forma de visão exige que se reconheça, na ciência, na sociedade, na cultura, um modo particular de ser e estar no mundo, que não é “desgraça” nem patologia, mas,



antes, um modo de ser e de estar no mundo que produz conhecimento e colabora com o conhecimento global constituído.

[...] que ele encontre nas diversas disciplinas um meio de poder mostrar, para os seus alunos, para os seus professores e para a universidade como um todo, que ele é uma pessoa capaz, que ele tem um potencial e que esse potencial pode contribuir para o crescimento da sua turma de alunos e da Universidade como um todo. (participante 2)

Há uma crença infundada que a pessoa em condição de deficiência não pode contribuir/agregar com a vida acadêmica e pessoal de uma pessoa sem deficiência, acarretando em um distanciamento social desses sujeitos, pelo fato de acreditarem que as mesmas seriam um fardo a ser carregado.

[...] na divisão de sala de grupo, dessas coisas, não quer que a gente faça parte porque não acreditam que a gente possa ajudar na questão do trabalho, que a gente tem capacidade igual a eles, então eles preferem excluir a gente. (participante 3)

Uma das formas as quais o capacitismo se manifesta, é quando associamos a deficiência a algo ruim ao ponto de haver a possibilidade da pessoa em condição da mesma, ser excluída. Outra compreensão equivocada, é vê-la como coitadinha, que pelo fato de ser pessoa com deficiência é infeliz.

[...] aquele olhar estigmatizado do pobre coitado que é deficiente, do tadinho que não ouvi, ou... olha! que linda a que não enxerga. (participante 1)

Para (MAGALHÃES, ANO, p.) "Há diferenças de vários tipos, algumas mais visíveis e outras menos, percebidas em função das comparações feitas a partir de determinados padrões socialmente construídos." Ou seja, a deficiência pode ser considerada apenas como uma variação, seja ela física, sensorial, mental ou intelectual.

"A gente não quebra, deficiência não pega, não é contagiosa [...]" (participante 1)

Todavia, ainda segundo a autora, o mais relevante é a significação social a ela embutida, por vezes, focamos nas diferenças consideradas desvantajosas repletas de sentidos negativos, o que corrobora num descrédito da pessoa com deficiência.



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



“Muitos alunos eles, não tem a gente como..., antes de ser uma pessoa com deficiência, ser pessoa, né?!, porque nós somos iguais a eles, mas eles não conseguem ver isso”.
(participante 3)

Há inúmeros estigmas imputados às pessoas com deficiência, mas acreditamos que quando a sociedade de fato permitir-se conviver com elas, verá que sim, elas são capazes de serem e fazerem o que quiserem, desde que os diversos espaços sociais estejam preparados para as diferentes formas de ser. Com isso, consideramos como de suma importância que a conjuntura social consiga enxergar a pessoa, sua identidade, seus aspectos individuais e subjetivos, antes da deficiência em si.

“ De olhar a pessoa com deficiência, como uma pessoa”. (participante 2)

Desde a DUDH todos somos seres humanos dignos de direitos, pondo fim ao relativismo das demais terminologias. Contudo, ainda convivemos com narrativas culturais de opressão, de negação desse reconhecimento que obstaculizam essas experiências.

Partindo do modelo social da deficiência, vislumbramos a inclusão social como um processo sócio político, o qual todos estamos imbricados, dessa maneira, devemos culminar com a minimização de barreiras a serem enfrentadas, tornando o mundo um lugar mais equitativo e justo.

CONCLUSÃO:

Vimos que o modelo social da deficiência, apresentou uma ruptura de paradigmas em relação ao modelo médico, trazendo consigo o tema para todo âmbito das relações humanas, de modo que tira a deficiência da esfera individual, passando a ser considerada não apenas como um problema com consequências infundáveis e insolúveis, mas apontando que os obstáculos experienciados pelas pessoas com deficiência são oriundas em seu meio e vida social.

Ao passar dos anos essas pessoas foram assegurando mais espaços em lugares diversos, fruto de conquistas históricas nem sempre equânime, a Declaração de Direitos Humanos garantiu a tutela e o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana. As liberdades sem distinção, nomeadamente de raça, etnia, sexo, religião, opinião política, como também, o capacitismo, (apesar de não ser um termo presente na declaração), é usual por pessoas com deficiência que vivenciam com os estereótipos negativos e de opressão imputadas a elas.

Ao trazermos a educação superior na UFPB, marcamos a trajetória histórica das pessoas com deficiência para consolidação de seus direitos, ainda que vivenciados na contemporaneidade com uma análise de discurso capacitista/corponormativo, denotando a fragilidade dessas relações entre deficiência e relações humanas. Segundo os estudos de Ramos (2026), o ingresso das pessoas com deficiência na UFPB, vem em uma crescente,



V SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

DECOLONIZAR O SABER, O PODER, O SER E O VIVER

28, 29 E 30 DE AGOSTO DE 2024
HÍBRIDO
UNIPAMPA/RS-BRASIL



motivo este que deve ser celebrado, mas deve ser ressaltado que a implementação de políticas sociais, vai de encontro com as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e as atitudinais, as quais devemos advogar por sua exclusão.

De acordo com as vozes das mulheres cegas explicitadas nesta pesquisa apresentam as fragilidades da narrativa, no sentido de fazer cumprir a necessidade do aprofundamento das questões aqui abordadas. Evidenciam que para além do acesso, se faz necessário um resignificação de uma série de atitudes por parte da conjuntura acadêmica, para uma permanência digna e cidadã.

Pode-se perceber que vivenciamos em uma sociedade na qual ainda persistem atitudes baseadas em ideais corpornormativos, os quais vêem a pessoa com deficiência como um corpo, que devido ao padrão estabelecido por uma classe hegemônica, deve ser corrigido. Estas atitudes de preconceito as pessoas com deficiência, ou seja, o capacitismo se constitui em diversas barreiras atitudinais experienciadas pelas pessoas com deficiência, em sua consolidação ao direito educacional, que obstaculizam a participação

plena nos diversos espaços sociais, o que culmina também num processo educacional fragilizada.

Para tanto, faz-se relevante ter a inclusão da pessoa com deficiência como um compromisso social, de ver antes de tudo, a pessoa e suas particularidades, como sujeito capaz, ao contrário do que muitos imaginam, digno de ter seus direitos efetivados para uma vida mais equitativa, reconhecendo a igualdade na diferença.

Almejamos com essa pesquisa uma reflexão acerca das atitudes capacitistas que dificultam a vida acadêmica da mulher com deficiência, a fim de evidenciá-las, com o propósito de tornar as IES, como também a sociedade, um lugar mais acessível/inclusivo.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 6 de abr de 2020.

BRASIL. **Direito à educação:** subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p.

DANTAS, T. C. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá.** Tese (Doutorado em Educação). UFPB/CE. João Pessoa, 2014.

DIAS, G. N. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacionais das pessoas com deficiência.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del Rei. Departamento de Psicologia. / Gleice Noronha Dias. – 2014.



DINIZ, D. **O que é deficiência?** [ebook]: Editora Brasiliense, 2007. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/42459112/diniz-d-o-que-e-deficiencia>. Acesso em 02 de abr. de 2020.

MAGALHÃES, R. C. B. P. CARDOSO, A. P. L. B. (2010). A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**, 40 (139), 45-61.

MEC - Ministério da Educação. Declaração de salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em Acesso em 04 de agosto de 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 21, n. 10, p. 3265-3276, Oct. 2016 . disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003265&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 maio 2020.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

FARIAS, A.Q. **TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS DE MULHERES: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DA DEFICIÊNCIA**. Tese (Doutorado em Educação) UFPB/CE. João Pessoa, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, Dec. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iss. Acesso em abr 2024.

SANTIAGO, S. A. S. **Exclusão e deficiência: primeiras aproximações teóricas**. In: RICHARDSON, R. J. (Org.). Exclusão, inclusão e diversidade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 1997.

SOUZA, Joana Belarmino de. **Cegueira, Acessibilidade e Inclusão: Apontamentos de uma Trajetória**. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, n. 3, p. 564-571, Set. 2018 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300564&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 Maio 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000092018>.

SOUZA, O. S. H. **Itinerários da inclusão escolar: Múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: ULBRA. 2008.